



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

TERMO DE REFERÊNCIA

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 A presente contratação tem por objeto a aquisição eventual, sob demanda, de materiais de consumo destinados à manutenção predial (elétrica, hidráulica, pintura e afins), por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme especificações constantes na tabela:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	LÂMPADA LED 20W bivolt branca, formato tradicional, base E-27 (127/220v).	Unidade	1.000
2	LÂMPADA TUBULAR T8 LED 9/10W, base bipino, bivolt, 60 cm, com driver integrado à lâmpada, luz branca. Própria para uso sem a necessidade de instalação de reator/driver externo.	Unidade	1.000
3	LÂMPADA TUBULAR T5 LED 18/20W, base bipino, bivolt, 115cm, com driver integrado à lâmpada, luz branca. Própria para uso sem a necessidade de instalação de reator/driver externo.	Unidade	1.000
4	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA fluorescente com 30 leds	Unidade	20
5	DISJUNTOR DIN, C10, 10 A, Bipolar, curva C, REF 5SX12 SIEMENS OU EQUIVALENTE	Unidade	30
6	DISJUNTOR DIN, C20, 20 A, monopolar, curva C, REF 5SX12 SIEMENS OU EQUIVALENTE.	Unidade	20
7	DISJUNTOR DIN, C25, 25 A, tripolar, curva C, REF 5SX13 SIEMENS OU EQUIVALENTE	Unidade	20
8	CABO FLEXÍVEL, peça de 100 metros. Características: Seção Nominal: 2.5mm ²	Rolo	5
9	CABO FLEXÍVEL, peça de 100 metros. Características: Seção Nominal: 4.0mm ² , Condutor: Cobre eletrolítico nu, têmpera mole, tensão máxima =750 Volts, encordoamento flexível, Isolamento: Camada de composto de cloreto de polivinila (PVC anti chama BWF características especiais a não-propagação e auto extinção de fogo), Temperatura máxima no condutor para serviço contínuo= 70°C, cor Vermelha ou preta, em conformidade com normas da ABNT.	Rolo	5
	CABO FLEXÍVEL, peça de 100 metros. Características: Seção Nominal: 6.0mm ² ,		

10	Condutor: cobre eletrolítico nu, têmpera mole, tensão máxima =750 Volts, encordoamento flexível, Isolamento: Camada de composto de cloreto de polivinila (PVC anti chama BWF características especiais a não-propagação e auto extinção de fogo), Temperatura máxima no condutor para serviço contínuo= 70°C, cor Vermelha ou preta, em conformidade com normas da ABNT.	Rolo	5
11	CABO FLEXÍVEL MULTIPOLAR, peça de 100 metros. Características: Seção Nominal: 2 x 2.5mm², Condutor: Cobre eletrolítico nu, têmpera mole, tensão máxima =750 Volts, encordoamento flexível, Isolamento: Camada de composto de cloreto de polivinila (PVC anti chama BWF características especiais a não-propagação e auto extinção de fogo), Temperatura máxima no condutor para serviço contínuo= 70°C, cor preta ou vermelha (externa), condutores internos rev	Rolo	1
12	CABO FLEXÍVEL MULTIPOLAR, peça de 100 metros. Características: Seção Nominal: 2 x 4.0mm², Condutor: Cobre eletrolítico nu, têmpera mole, tensão máxima =750 Volts, encordoamento flexível, Isolamento: Camada de composto de cloreto de polivinila (PVC anti chama BWF características especiais a não-propagação e auto extinção de fogo), Temperatura máxima no condutor para serviço contínuo= 70°C, cor preta ou vermelha (externa), condutores internos rev	Rolo	1
13	FITA ISOLANTE, cor preta, anti-chama, peça com aproximadamente 19 mm de espessura e 20 metros de comprimento, conforme normas da ABNT.	Rolo	70
14	CAIXA DE TOMADA, branca, dupla, 127v, para acoplar em canaleta 120 x 35, com um furo 26.5 x 70, ref.1125-02-BR, arc parcus. OBSERVAÇÃO: EXIGIMOS A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA PARA ESTE ITEM.	Unidade	1.500
15	CAIXA DE TOMADA 120 x 35 pra RJ com 02(dois) furos 14.7 x 19.3. REF.1125-03-BR	Unidade	200
16	Adaptador com entrada (fêmea) destinada a receber tomadas de três pinos 2P+T (antigo padrão) e saída (macho) de três pinos 2P+T (padrão novo), conformidade com a Resolução nº 11, de dezembro de 2006 do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial	Unidade	50

	(Conmetro) e, por consequência, à norma da ABNT 14136		
17	INTERRUPTOR REDONDO, branco, para encaixe em canaleta aparente	Unidade	50
18	RELÉ FOTOELÉTRICO, bivolt. Frequência 50/60Hz. Carga(100W a 1800VA). Compatível com a base para o modelo RM-10.	Unidade	40
19	SENSOR DE PRESENÇA para ambiente interno, de sobrepor, na cor branca, com função fotocélula e sensibilidade, com controle de tempo, com alcance de detecção de até 6m e ângulo de detecção de 360º, com altura de instalação mínima de 2m.	Unidade	50
20	VÁLVULA PARA MICTÓRIO de embutir, com sensor automático, bivolt automática (110/220VAC), consumo de energia com mictório aberto aprox. 6.8w, consumo de energia com mictório fechado aprox. 0.7w. Diâmetro de entrada de água ½". Alcance do sensor mínimo de 40cm, pressão de serviço 2 a 40mCa. Acabamento em aço escovado. Restritor de vazão consta de 8L/min. Dimensões de 170mm x 136mm. Modelo de Referência 2780.C DECALUX MICTÓRIO DE EMBUTIR OU EQUIVALENTE	Unidade	2
21	TORNEIRA EM METAL, diâmetro de 1/2 polegada, acabamento de superfície em inox escovado, específica para lavatório, com instalação sobre mesa, acionamento hidromecânico, com pressão manual leve e fechamento automático.	Unidade	10
22	TORNEIRA EM METAL, diâmetro de 1/2 polegada, acabamento de superfície em inox escovado, específica para cozinha, com instalação na parede, acionamento com 1/4 de volta. Dimensões aproximadas (±20%): Altura: 283mm, comprimento: 233mm, largura: 98mm. Garantia contra defeitos de fabricação, inclusive os acabamentos de superfície, considerando a utilização em local público. Dessa forma, a garantia deverá ser maior ou igual a 01 ano.	Unidade	5
23	TORNEIRA JARDIM em metal, acabamento de superfície cromado, diâmetro de 1/2", com adaptador (pode ser em polímero de alta resistência) para a junção de mangueiras com bitolas de 1/2 e 3/4".	Unidade	10
24	ASSENTO PARA VASO SANITÁRIO na cor branca- comprimento 36cm, largura 50cm, para vaso DECA ACESSO PLUS 1.6 GPF/0.01PF	Unidade	20
	KIT UNIVERSAL para caixa de descarga		

25	acoplada ao vaso sanitário, com acionamento superior, contendo, no mínimo, os seguintes componentes: torre de entrada d'água, mecanismo de regulagem da boia (nível de água), mecanismo de regulagem da vazão de entrada de água, mangueira de reposição do selo hídrico, botão de acionamento, haste da boia, boia, braço de articulação, obturador, torre de saída de água, conjunto para fixação da caixa ao vaso e bolsa	Unidade	20
26	TINTA ACRÍLICA, semi brilho, cor PALHA, lavável, anti-mofo, ambiente externo e interno, composição básica: pigmentos isentos de metais pesados, resina à base de dispersão aquosa de copolímero estireno acrílico, cargas minerais inertes, hidrocarbonetos alifáticos, glicóis e tensoativos etoxilados e carboxilados. Galão de 3,6 litros	Galão	10
27	TINTA ACRÍLICA, semi brilho, cor AREIA, lavável, anti-mofo, ambiente externo e interno, composição básica: pigmentos isentos de metais pesados, resina à base de dispersão aquosa de copolímero estireno acrílico, cargas minerais inertes, hidrocarbonetos alifáticos, glicóis e tensoativos etoxilados e carboxilados. Galão de 3,6 litros.	Galão	10
28	TINTA ACRÍLICA semibrilho premium água mineral-126054. Suvinil ou similar. Galão de 3,6 litros.	Galão	1
29	TINTA ACRÍLICA, fosca, cor BRANCO NEVE, lavável, anti mofo, ambiente externo e interno, composição básica: pigmentos isentos de metais pesados, resina à base de dispersão aquosa de copolímero estireno acrílico, cargas minerais inertes, hidrocarbonetos alifáticos, glicóis e tensoativos etoxilados e carboxilados. Marca Suvinil ou equivalente. Galão de 3,6 litros.	Galão	10
30	TINTA ACRÍLICA semibrilho premium azul mineral-619090. Suvinil ou similar. Galão de 3,6 litros.	Galão	10
31	TINTA ACRÍLICA semibrilho premium azul escuridão. Especificação: R 151. Suvinil ou similar. Galão de 3,6 litros.	Galão	10
32	TINTA ACRÍLICA semibrilho premium Horizonte Azul. Suvinil ou similar. Galão de 3,6 litros	Galão	5
33	TINTA ESMALTE SINTÉTICO, semi brilho, cor amarelo trator. Galão de 3,6 litros.	Galão	5
34	TINTA ESMALTE SINTÉTICO, semi brilho, cor branca. Galão de 3,6 litros.	Galão	10

35	TINTA ESMALTE SINTÉTICO, semi brilho, cor cinza. Galão de 3,6 litros	Galão	10
36	DILUENTE DE TINTAS A ÓLEO, ESMALTES E VERNIZES SINTÉTICOS. Composição básica: sem benzeno ou produtos clorados, líquido límpido e incolor composto de hidrocarbonetos alifáticos e fragrância antialérgica. Lata com volume de 900 ml.	Lata	10
37	MASSA PVA, composição básica: Resina com base de dispersão aquosa de polímeros estireno acrílico, cargas minerais inertes e aditivos. Galão de 3,6 litros.	Galão	10
38	MASSA ACRÍLICA, composição básica: Resina com base de dispersão aquosa de polímeros estireno acrílico, cargas minerais inertes, hidrocarbonetos alifáticos. Galão de 3,6 litros.	Galão	5
39	LIXA PARA FERRO, nº80, costado de pano com tratamento especial e mineral de óxido de alumínio - norma FEPA, adesivo de resina sobre cola, tamanho aproximado ($\pm 10\%$): 3,5 x 3".	Unidade	50
40	LIXA D'AGUA (para massa acrílica), nº80 Tamanho aproximado ($\pm 10\%$): 3,5" x 3".	Unidade	100
41	LIXA PARA PAREDE (para massa PVA), nº 100- Tamanho aproximado ($\pm 10\%$): 3,5" x 3".	Unidade	100
42	ROLO PARA PINTURA, em lã de carneiro, suporte plástico, tamanho útil de pintura igual a 23cm e cabo de madeira.	Rolo	10
43	ROLO PARA PINTURA, em lã de carneiro, suporte plástico, tamanho útil de pintura igual a 10cm e cabo de madeira.	Rolo	10
44	ROLO PARA PINTURA, em lã de carneiro, suporte plástico, tamanho útil de pintura igual a 05cm, cabo de madeira.	Rolo	20
45	PINCEL com cerdas gris 1"	Unidade	10
46	PINCEL com cerdas gris 2"	Unidade	10
47	VEDA CALHA alumínio, bisnaga com aproximadamente 280g ($\pm 7,5\%$)	Unidade	10
48	SELANTE 100% DE SILICONE C/ FUNGICIDA, MULTIUSO, aplicação para selamento e vedação de juntas em vidros, pias, louças sanitárias, ralos, metais, madeira e tubos de PVC. Bisnaga de 300ml.	Unidade	10
49	MANTA ASFÁLTICA aluminizada auto-adesiva. Rolo com 10cmx10m	Rolo	20

50	IMPERMEABILIZANTE DE BASE ACRÍLICA, flexível, monocomponente. Latão com 18 litros.	Unidade	5
51	MANTA LÍQUIDA BRANCA (Impermeabilizante elastomérico para lajes e coberturas com médio trânsito. Formulado à base de resina acrílica branca, a ser aplicado a frio, com elevada durabilidade). Balde com 18kg	Unidade	10
52	MOLA HIDRÁULICA AÉREA • reversível [tanto abertura para direita ou esquerda]; • Confeccionada em maior parte em metal e pintura na cor prata; • Força de fechamento deverá ser suficiente para o fechamento gradual de portas de tamanho de até 90cm x 220cm, peso entre 40 a 65kg; • Braço de mola com mecanismo de ajuste conforme necessidade; • Regulagem de fechamento [velocidade de fechamento].	Unidade	10
53	PARAFUSO ¼", compatível com bucha nº06, em aço galvanizado, tipo cabeça chata e ponta agulha, fixação com chave de fenda, fixação em madeira.	Unidade	500
54	PARAFUSO 5/16", compatível com bucha nº 08, em aço galvanizado, cabeça chata e ponta agulha, fixação com chave de fenda, fixação em madeira.	Unidade	500
55	PARAFUSO 3/8", compatível com bucha nº 10, em aço galvanizado, cabeça chata e ponta agulha, fixação com chave de fenda, fixação em madeira.	Unidade	500
56	BUCHA DE PLÁSTICO nº 06, para fixação de parafusos em paredes de alvenaria e concreto armado.	Unidade	500
57	BUCHA DE PLÁSTICO nº 08, para fixação de parafusos em paredes de alvenaria e concreto armado.	Unidade	500
58	BUCHA DE PLÁSTICO nº 10, para fixação de parafusos em paredes de alvenaria e concreto armado.	Unidade	500
59	REBITE com corpo em alumínio e mandril em aço, bitola nº 4 - 4,8X 16mm, pacote com 100 unidades.	Pacote	1
60	REBITE com corpo em alumínio e mandril em aço, bitola nº 6 - 4,0 X 12mm, pacote com 100 unidades.	Pacote	1
61	REBITE com corpo em alumínio e mandril em aço, bitola nº 8 - 3,2 X 12mm, pacote com 100 unidades.	Pacote	1
62	ENGATE FLEXÍVEL 1/2", 40 cm, água fria	Unidade	20
63	SIFÃO SIFONADO universal (DN: 38, 40, 48, 50), simples, 720mm	Unidade	30

64	ABRAÇADEIRA DE AMARRAÇÃO 200 x 3,6 mm em nylon 6.6, alta resistência, travamento por catraca, resistente a temperatura e umidade. Cor preta ou natural. Embalagem com 100 unidades.	Pacote	5
65	FITA DUPLA FACE 19 mm x 10 m, alta aderência, resistente a variação de temperatura e umidade, adequada para fixações gerais. Rolo individual.	Rolo	5
66	CAIXA DE TOMADA 85x35 c/ 01 furo 26,5x70 p/ NBR 14136 Dupla, branca, ref.1125-06-BR, arc parcus. OBSERVAÇÃO: EXIGIMOS A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA PARA ESTE ITEM.	Unidade	1.500

OBSERVAÇÃO: PARA OS ITENS 14 E 66 EXIGIMOS A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA.

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3 Os bens são classificados como bens comuns, amplamente disponíveis no mercado.

1.3 A necessidade é fundamentada no Estudo Técnico Preliminar-ETP 2026 (anexo).

1.4 O fornecimento será parcelado, sem obrigatoriedade de consumo mínimo.

1.5 Critérios para apresentação das amostras:

1.5.1 Itens avaliados:

Item 14 - Caixa de tomada branca dupla 127V, para canaleta 120 x 35, com 1 furo 26,5 x 70, Ref. 1125-02-BR - Arc Parcus.

Item 66 - Caixa de tomada 85 x 35, com 1 furo 26,5 x 70, padrão NBR 14136, dupla, branca, Ref. 1125-06-BR - Arc Parcus.

a) Exigência e Finalidade da Amostra

A amostra deverá ser apresentada exclusivamente para verificação de conformidade técnica, garantindo atendimento ao art. 5º, art. 6º e art. 40 da Lei 14.133/21, que tratam de padronização, especificação objetiva e controle da qualidade dos bens contratados.

b) Quantidade e Prazo de Entrega

- Cada licitante deverá entregar 1 (uma) unidade de cada item ofertado.
- As amostras deverão ser entregues em até 5 dias úteis após solicitação formal da Administração.
- A não entrega no prazo implicará desclassificação por não atendimento ao edital.

c) Condições de Apresentação

As amostras deverão ser apresentadas:

- Em sua embalagem original do fabricante;
- Com identificação do fornecedor, do item ofertado e do número da licitação;
- Com catálogo técnico, ficha ou manual contendo características do modelo enviado.

d) Ensaios e Critérios de Avaliação Técnica

A Administração avaliará:

Conformidade dimensional

- Verificação das medidas externas declaradas (120x35 para o item 15 e 85x35 para o item 66);
- Verificação do furo 26,5 x 70 mm, conforme especificação;
- Compatibilidade com canaletas e padrões previstos.

Conformidade do material

- Avaliação da resistência mecânica do polímero;
- Cor branca uniforme, sem falhas, manchas ou deformidades;
- Presença de acabamento adequado, sem rebarbas.

Padrões técnicos e normativos

- Compatibilidade com instalações 127V (item 14);
- Atendimento ao padrão NBR 14136 (item 66);
- Conformidade com especificação do fabricante Arc Parcus (ou similar) conforme referência do item.

Qualidade do encaixe e fixação

- Teste de acoplamento à canaleta especificada;
- Verificação da estabilidade, firmeza e resistência ao manuseio;
- Alinhamento dos furos com os suportes previstos.

e) Critérios para Aprovação ou Reprovação

A amostra será **aprovada** se:

- Atender integralmente às especificações do edital e às referências dos modelos;
- Demonstrar compatibilidade total com os padrões elétricos e de instalação;
- Não apresentar defeitos, trincas, lascas ou falhas de injeção.

A amostra será **reprovada** se:

- Apresentar características divergentes das especificações;
- Não se ajustar às dimensões, encaixes ou padrões normativos;
- Evidenciar baixa qualidade de material ou fabricação.

f) Registro do Resultado

O resultado da análise será registrado em **Relatório de Avaliação de Amostras**, nos termos do art. 17 e art. 72 da Lei 14.133/21, assegurando **motivação técnica, transparência e isonomia** entre os licitantes.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudos Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme documento SJRR_SESEG_0011_2026 24701884.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Sustentabilidade

4.1.1 Os requisitos de sustentabilidade estão descritos nos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

4.2 Subcontratação

4.2.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 A empresa fornecedora deverá entregar os produtos no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias ininterruptos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

5.2 Devem ser ofertados produtos de qualidade certificada pelo INMETRO (comprovação através do selo na embalagem) e dentro das normas da ABNT.

5.3 Os produtos a serem entregues deverão ser novos e sem uso, acondicionados em suas embalagens originais, contendo as indicações de marca, fabricante, procedência e prazo de validade/garantia, de acordo com a legislação em vigor.

5.4 A empresa fornecedora, no momento da elaboração da proposta deverá observar em qual unidade de medida está descrito cada material.

5.5 Os bens deverão ser entregues no endereço: Avenida Getúlio Vargas, 3999 – Bairro Canarinho – Boa Vista – RR.

5.6 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5(cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.7 Prazo de garantia

5.7.1 As torneiras deverão ter garantia contra defeitos de fabricação considerando a utilização em local público: maior ou igual a 01(um) ano.

5.7.2 As tintas, vernizes, diluentes, massa acrílica e corrida deverão ter garantia mínima de 02(dois) anos.

5.7.3 Os demais itens deverão ter garantia mínima de 180 (cento e oitenta) dias.

5.7.4 Os prazos das garantias iniciam na data de entrega do material.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo

correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#))

6.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.8 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.9 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.10 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.11 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.12 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.13 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.14 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.15 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando

ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.16 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.17 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.18 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.19 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.20 O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.21 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20(vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de 10(dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até dez dias úteis para fins de liquidação.

7.9 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

7.11 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.12 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Do prazo de pagamento

7.17 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

7.18 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA de correção monetária.

Da forma de pagamento

7.19 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, principalmente:

7.21.1 IN RFB 1.234/2012 - Aplicável aos Órgãos e Entidades do Governo Federal (IRPJ, CSLL, Cofins, PIS/PASEP); ou outra IN mais recente;

7.21.2 IN RFB 2.110/2022 (Retenção da contribuição previdenciária); ou outra IN mais recente;

7.21.3 Lei 123/2006 (Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional);

7.21.4 Lei 12.546/2011 (Desoneração da Folha de Pagamento).

7.22 Há a obrigatoriedade (se aplicável):

a) da comprovação da Desoneração da Folha de Pagamento, por meio de declaração fornecida pelo credor;

b) da comprovação de adesão ao Simples Nacional, seja por declaração ou consulta ao site oficial;

c) da obrigatoriedade do destaque do ISS na nota fiscal, principalmente pelas empresas optantes pelo Simples Nacional;

d) da informação/comprovação de isenções de quaisquer tributos.

7.23 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

Exigências de habilitação

8.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.5 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.6 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.7 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.9 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no

Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.10 Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.11 Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.12 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

8.13 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.15 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

9 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação será definido pela Seção de Licitações e Contratos (Selit), setor especializado em precificações.

10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 090039/00001;

II) Fonte de Recursos: 1000000000;

III) Programa de Trabalho: 02061003342570001 (PTRES 168312);

IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.30.25.

10.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Aplicam-se penalidades previstas na Lei 14.133, incluindo:

- **Advertência;**
- **Multa moratória** de 0,5% por dia de atraso, limitada a 30 dias, sobre o valor da parcela inadimplida;
- **Multa compensatória** de 15% sobre o valor total do contrato em caso de inexecução total;
- **Impedimento de licitar e contratar;**
- **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.**

ANEXO

Estudo Técnico Preliminar (ETP) 24701915.



Documento assinado eletronicamente por **Altino da Silva Neto, Supervisor(a) de Seção**, em 29/04/2026, às 15:50 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **25022703** e o código CRC **678E54C9**.